

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 14/11/2018

- [Inscrição para o III Fórum de Equipes Interprofissionais da Infância e Juventude começa nesta quarta \(14/11\)](#)
- [Parceria entre TRE-PE e TJPE tenta reduzir o sofrimento de crianças](#)
- [Projetos inovadores ressocializam jovens em conflito com a Lei](#)
- [Sete suspeitos de tráfico de drogas e corrupção de menores são presos no Grande Recife e na Zona da Mata](#)
- [Polícia investiga mãe que tentou vender bebê por R\\$ 2 mil em Caruaru](#)
- [Funajuv - juízes da infância querem contribuir para melhorias na sociedade](#)
- [Gabinete Itinerante encerra temporada com debates na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Capital](#)
- [Adolescentes do Case Petrolina participam das Olimpíadas Estudantis](#)

Assunto: Inscrição para o III Fórum de Equipes Interprofissionais da Infância e Juventude começa nesta quarta (14/11)

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 14/11/2018



Têm início, a partir das 14h desta quarta-feira (14/11), as inscrições para o III Fórum de Equipes Interprofissionais da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O evento acontece nos dias 29 e 30 de novembro, promovendo debates sobre temas que envolvem crianças e adolescentes em situação de violência, vulnerabilidade e cumprimento de medidas socioeducativas. Os interessados devem se inscrever até o dia 23 deste mês, através do endereço: (https://www.sympla.com.br/iii-forum-das-equipes-interprofissionais-da-infancia-e-juventude-do-tjpe-socioeducacao-intersetori_402640). Para servidores do TJPE, as inscrições devem ser realizadas no ícone Capacitações, disponível na Intranet.



Nos dois dias, as atividades serão desenvolvidas das 8h às 18h, na sede da Escola Judicial de Pernambuco (Esmape/TJPE), localizada na avenida Desembargador Otílio Neiva, s/n, Ilha Joana Bezerra, no Recife. Podem participar estudantes de Psicologia, Serviço Social, Pedagogia e Direito; além de profissionais que atuam com crianças e adolescentes nas áreas de saúde,

educação, assistência social, sistema de justiça e socioeducativo. Serão disponibilizadas 150 vagas. O fórum é realizado pela Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ/TJPE) e pela Esmape/TJPE.

Confira a programação através do endereço:

(http://www.tjpe.jus.br/documents/10180/149195/programacao+A5_FORUM+_INF%C3%82NCIA.pdf/42592250-960f-3a6f-6456-2dcf7e86a96c)

Na programação do encontro, serão realizadas conferências e mesas redondas que irão abordar temas como “A construção da identidade cidadã através da medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade”. Farão parte dos debates profissionais das áreas diversas áreas que envolvem a temática. Além de integrantes do TJPE, estarão presentes representantes de entidades como Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Defensoria Pública de Pernambuco (DPPE), Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PE) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Assunto: Parceria entre TRE-PE e TJPE tenta reduzir o sofrimento de crianças

Fonte: TRE PE

Data: 14/11/2018



Dois Tribunais, uma parceria e a garantia de que crianças que foram vítimas de abusos terão um tratamento menos constrangedor e mais humano. Assim pode ser resumida a mais recente ação conjunta entre o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) e o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Nesta terça-feira (13/11), o presidente do TRE-PE, desembargador Luiz Carlos Figueirêdo, doou ao TJPE um ônibus de grande porte que servirá à área de Infância e Juventude. A doação do ônibus marcou a solenidade de inauguração do serviço de Depoimento Acolhedor Itinerante, iniciativa do presidente do TJPE, desembargador Adalberto de Oliveira Melo.

O evento ocorreu em Goiana, no Fórum Desembargador Nunes Machado e contou com a presença de várias pessoas ligadas à área da Infância e Juventude, entre magistrados, promotores e servidores. Mas qual a importância deste ônibus Volkswagen Marcopolo Ideale doado pelo TRE eo TJPE? Explica-se.

No modelo judiciário tradicional, crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes são obrigadas, durante a investigação, a contar repetidas vezes como ocorreu a agressão. O processo é doloroso, porque os leva a reviver o trauma, através do relato da violência sofrida inúmeras vezes, para profissionais de diversos setores da rede de proteção, algumas vezes na frente dos agressores.

O ônibus, já totalmente adaptado pelo TJPE, evita esta 'revitimização' da criança. Externamente, não há nada de diferente. Mas, por dentro, foi todo adaptado em nome do chamado depoimento acolhedor.

Num primeiro ambiente, há a recepção. Logo após, uma pequena sala de audiência reúne, durante os depoimentos, juiz, promotor e advogados. Nesta sala há uma TV que transmite, em tempo real, o depoimento que está ocorrendo no terceiro ambiente entre a criança e os servidores treinados para ouvi-la neste tipo de modalidade de entrevista. "Podem ser psicólogos, assistentes sociais ou pedagogos", explica o juiz titular da Vara da Infância e Juventude de Goiana, Tito Lívio Monteiro.

Há quase 10 anos, o TJPE vem implantando as Centrais de Depoimento Acolhedor com condições mais dignas às vítimas. São espaços devidamente adaptados para oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes. Já existem salas no Recife, Caruaru, Camaragibe e Petrolina. A de Goiana está em implantação.

"Nenhum estado está aparelhado como deveria, mas Pernambuco está na frente. Com o ônibus que acaba de ser doado, mais municípios poderão contar com este tipo de serviço especializado, tão importante para a vida de crianças e adolescentes", disse, durante a solenidade em Goiana, o presidente do TRE-PE, desembargador Luiz Carlos Figueirêdo. Ele também é desembargador do TJPE, onde coordena a área da Infância e Juventude, parte do Direito que abraçou desde 1986, quando assumiu a Terceira Vara Cível de Olinda, que era "privativa de menores abandonados e infratores".

"O presidente Adalberto de Oliveira Melo tem sido um verdadeiro amigo da área da Infância e Juventude. Nossas conversas são francas e objetivas, o que favorece várias iniciativas", completou o desembargador Luiz Carlos Figueirêdo.

Durante seu discurso, o presidente do TRE também destacou que foram seus antecessores na Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, os desembargadores Fausto Campos e Antônio Carlos Alves, que começaram a viabilizar o uso do ônibus pelo TJPE. O primeiro cedeu o veículo por dois anos e o segundo ampliou o prazo para 10 anos. A diretora-geral do TRE-PE, Isabela Landim, por sua vez, viabilizou tecnicamente a doação, disse o presidente do TRE.

O presidente do TJPE também enalteceu as ações que vêm sendo tomadas em nome das crianças e adolescentes. "Nosso objetivo é proporcionar um tratamento mais humano, mais digno a essas crianças e adolescentes. Nunca podemos esquecer que somos servidores públicos e, assim, temos de prestar o melhor serviço possível", disse o desembargador Adalberto de Oliveira Melo.

A Recomendação 33/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sugere aos Tribunais a criação de serviços especializados para a escuta de crianças e adolescentes ou testemunhas de violência nos processos judiciais, em um ambiente adequado ao depoimento deste público, assegurando-lhes segurança, privacidade, conforto e condições de acolhimento. É exatamente isso que as salas especiais e ônibus proporcionam.

"Achei extremamente importante a vinda deste ônibus para Goiana. Não poderia ter acontecido coisa melhor. Por mim, ficaria sempre aqui, mas a gente tem que entender que outros municípios e outras crianças vão precisar", disse, entusiasmado, o prefeito em exercício de Goiana, Eduardo Honório Carneiro.

Assunto: Projetos inovadores ressocializam jovens em conflito com a Lei

Fonte: CNJ

Data: 14/11/2018



Diversos projetos inovadores e educativos desenvolvidos pela Justiça buscam ressocializar jovens em conflito com a Lei. Hoje, 22 mil estão internados nas 461 unidades socioeducativas em todo o Brasil. Histórias de sucesso incluem um embaixador da ONU, prêmios internacionais e parcerias para inclusão profissional dos adolescentes atendidos.

Aos 16 anos e cumprindo medida semiaberta no sistema socioeducativo, Lucas* decidiu mudar de vida: quer voltar a estudar e começar a trabalhar. O motivo da mudança é a sua participação no Programa Central de Aprendizagem, da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), que tem por objetivo dar uma oportunidade de emprego a jovens em situação de vulnerabilidade social – tanto aqueles que cumprem medidas socioeducativas, quanto os que vivem afastados de suas famílias em instituições de acolhimento.

Os adolescentes são encaminhados à Central de Aprendizagem por profissionais das Varas de Infância que indagam, durante as audiências, se querem participar do programa, identificando as áreas de interesse de cada um. Os juízes responsáveis também fazem contato com as respectivas famílias para explicitar a importância do programa e do engajamento de todos os envolvidos.

A Central de Aprendizagem, que começou em junho de 2017, criou uma plataforma com o banco de dados dos jovens para facilitar o contato com empresas fluminenses – em especial, aquelas indicadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) por precisar cumprir a cota de aprendizagem estabelecida por lei. Atualmente, estão cadastrados 1.371 jovens de 14 a 24 anos e 58 deles foram contratados como aprendizes. “O número é pequeno, mas bastante significativo. Nenhum dos adolescentes que ingressou no mercado de trabalho voltou a reincidir no crime”, diz Alessandra Anátocles, diretora-geral de Administração da Corregedoria do TJRJ, que coordena a Central de Aprendizagem.

Além de fazer a ponte com as empresas, a Central também auxilia os adolescentes a regularizar seus documentos básicos – dos 1.371 inscritos, apenas 414 deles os tinham – e começou a oferecer cursos de preparação para o mercado de trabalho. A primeira turma conclui em breve um curso com carga horária de 132 horas, realizado em parceria com a Amil, que pretende contratar alguns desses jovens.

Ao longo de três meses e 33 horas, os jovens tiveram aulas que abordaram temas como Noções de mercado de trabalho, Comportamento e Elaboração de currículo. A turma começou com 25 alunos e terminou com 18. Lucas* foi um dos que persistiu até o fim.

E não foi uma jornada simples: todos os dias, o rapaz deixa o sistema socioeducativo às 11h, pega um ônibus, um trem e um metrô para chegar às 14h na Central de Aprendizagem, que fica na Escola de Administração Judiciária (Esaj), no centro do Rio. Depois da aula na Central, o rapaz caminha 40 minutos, para economizar a passagem, até a escola. De lá, retorna às 22h para o sistema socioeducativo. “É cansativo, mas está valendo à pena. É muito difícil as pessoas darem uma oportunidade, uma segunda chance”, diz.

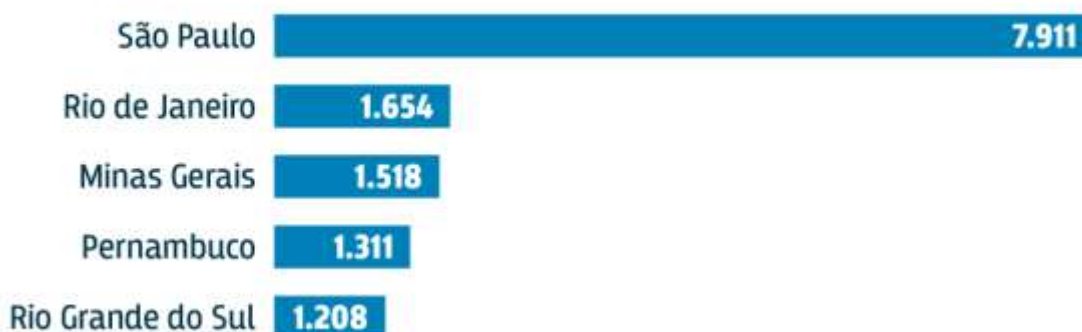
Depois que passou a frequentar o curso na Central de Aprendizagem, o jovem diz ter “despertado para o estudo”. “Voltei a estudar, estou concluindo o Ensino Fundamental. Minha família está muito feliz, acreditando na minha mudança”, diz o garoto, que, após o cumprimento da medida, deverá voltar a morar com os pais em Belford-Roxo, na baixada fluminense.

Perfil

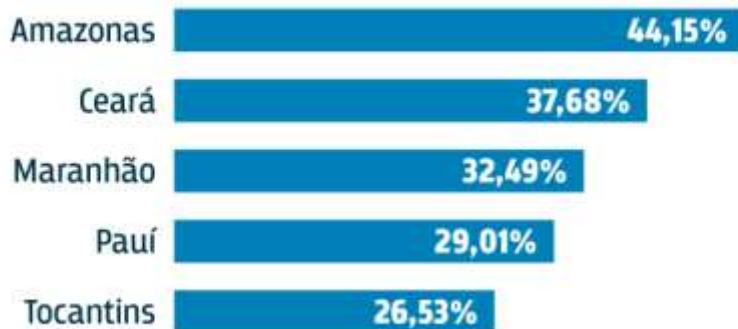
Levantamento feito pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ) sobre o quantitativo de adolescentes infratores em regime de internação no Brasil mostra que o Rio de Janeiro ocupa o segundo lugar no número de jovens internados, perdendo apenas para São Paulo, que possui mais de seis mil internos. No entanto, o estado do Acre é o que chama mais atenção: apesar de ter apenas 545 adolescentes internados, estes correspondem a 62,7 de cada 100 mil habitantes no estado.

Outra unidade que chama a atenção é o Distrito Federal, que fica em segundo lugar, a frente de estados bem mais populosos e considerados mais violentos, como São Paulo e Rio de Janeiro. Já o Estado do Amazonas possui a maior proporção de adolescentes internados por decisão provisória (sem uma sentença do juiz): 44,15% do total de internados, seguido por Ceará, Maranhão, Piauí e Tocantins.

Estados com mais adolescentes internados



Estados com maior proporção de internos provisórios



Fonte: DMF/CNJ

Arte CNJ

Outra informação que consta no levantamento do DMF é de que há muito mais meninos com liberdade restrita do que meninas. No total, há apenas 841 jovens do sexo feminino hoje internadas no Brasil (excluindo Minas Gerais, Sergipe e Amazonas cujos dados não foram entregues). “Adolescentes masculinos se envolvem mais em crimes, isso é o que sempre observamos. E grande parte deles em roubos, furto e outros atos ilícitos como tráfico de drogas”, comentou Márcio da Silva Alexandre, juiz auxiliar da Presidência do CNJ designado para atuar no DMF.

Brasília

De olho no público de jovens meninos em situação de risco ou em conflito com a Lei em Brasília, um jovem representante das Nações Unidas (ONU) faz encontros mensais, especialmente com egressos do sistema carcerário e das unidades socioeducativas. Eles formam um clube de leitura. Aos 26 anos, Jeconias Neto Lopes perdeu as contas de quantas vezes já foi preso. “Entrei para o mundo do crime aos 12 anos. Mas com oito já praticava pequenos delitos. Fui criado em um ambiente complexo. Meu irmão está preso, tenho um primo traficante. É muito difícil não se envolver quando se é criado neste meio”, explicou.

Enquanto cumpria pena no regime semiaberto, Jeconias conheceu Stephany, sua atual esposa e razão para a sua busca por uma vida melhor. Em 2012, começou a vender livros para custear os estudos. Por meio da Igreja Adventista do Sétimo Dia, entrou na Universidad Adventista del Plata, na Argentina, e se formou em Teologia no ano passado.

A participação na igreja também o levou a realizar trabalhos sociais. Hoje, Neto é responsável por auxiliar 150 famílias em Samambaia e 138 crianças em Planaltina através da Adra-Brasil, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) de objetivos assistenciais, beneficentes e filantrópicos. Ele ocupa o cargo de diretor regional.

A relação com a ONU começou por meio de uma seleção para Embaixador da Juventude da ONU. Para participar do programa, foi preciso que Jeconias fizesse uma seleção de seus projetos. A primeira etapa do concurso foi uma análise de currículo. Brasileiros de várias regiões se inscreveram e ficaram apenas 50 competidores. Na segunda etapa, a prova era enviar um vídeo explicando o porquê de ser merecedor da vaga de embaixador. O rapaz ficou entre os 20 melhores colocados.

“Agora dou palestras em todo o País contando a minha história, mostrando que é possível dar a volta por cima. Quero mudar a vida das pessoas. Tenho amigos que conseguiram sair do mundo do crime e estão muito bem. São histórias que me dão orgulho”, conta emocionado. Pelo menos uma vez por mês ele se encontra com mais cinco ex-detentos em alguma cafeteria da cidade, “para dar aquele orgulho para a autoestima” - diz, e conversam sobre algum livro. “Escolho livros que tenham relação com a nossa história. O deste mês foi Crime e Castigo, do escritor russo Fiódor Dostoiévski”.

Uma ação do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) uniu estudantes de uma escola pública e jovens em conflito com a Lei. A ação conjunta dos projetos “Reescrevendo Nossa História” e “Conquistando a Liberdade” foi intitulada “Papo di Rocha” e foi realizada no mês passado, na Escola Estadual de Ensino Médio Padre Eduardo, localizada no distrito de Mosqueiro, em Belém. O encontro consiste em uma roda de conversa entre alunos e adolescentes infratores para abordar assuntos como drogas, delitos, relações familiares e a vida no cárcere.



O responsável pelo evento foi o juiz Vanderley de Oliveira Silva, da 3ª Vara da Infância e Juventude de Belém/PA. Ele é um entusiasta das medidas alternativas e de apoio à educação como formas eficientes de ressocialização. Ao constatar que cerca de 70% dos jovens que cumpriam medidas socioeducativas reincidiam no crime, o juiz ponderou que alguma coisa estava errada na aplicação dessas medidas. Além disso, era visível que os jovens infratores pertenciam quase sempre a famílias desestruturadas e muito carentes.

Com o intuito de recuperar esses jovens e, ao mesmo tempo, integrá-los na família e na comunidade, o magistrado idealizou o projeto "Escrevendo Nossa História", que funciona atualmente em dois núcleos: em Belém e em Jacundá, município a 400 quilômetros da capital paraense. Por meio da parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e da iniciativa privada, os jovens passaram a contar com um espaço destinado a cursos profissionalizantes para inserção no mercado de trabalho nas empresas parceiras, além de aula de música e esportes.

No ano de 2017, o projeto atendeu 600 pessoas e, neste ano de 2018, já atendeu mais 500, que fazem vários cursos, entre eles: corte e costura, informática, gastronomia e musicalização (em parceria com o Instituto de Música Carlos Gomes), e ainda praticam esportes e têm atendimento multidisciplinar. Participam tanto os socioeducandos que cumprem medidas em meio aberto, quanto aqueles que estão em meio fechado – nesse caso, sob monitoramento dos agentes socioeducativos. Em caso de descumprimento de regras do projeto, os jovens são levados a uma audiência para avaliar o desligamento.

Música

Um festival de artes desenvolvido na Unidade de Internação de Santa Maria (UISM/DF) foi premiado pelo Unicef este ano. Chamado de Ressocialização, Autonomia e Protagonismo (RAP), o projeto oferece aos internos atividades relacionadas à arte e que são realizadas ao longo do ano.

Pedro*, 17 anos, nunca teve contato com a arte até ser sentenciado a cumprir medida socioeducativa na UISM. Há um ano, é presença certa nas oficinas de violão, oferecidas pela administração. “Por meio das minhas músicas, eu consigo expressar o que vivo, o que passo. Minha maior inspiração é a vontade de recomeçar longe daqui”, conta ele, criado em Samambaia, no Distrito Federal.

O Festival é resultado de uma parceria entre a Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do DF (Secria), a Secretaria de Estado de Educação (SEE-DF), o Núcleo de Ensino da UISM, o Projeto RAP, a Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e a Associação Respeito e Atitude (Area). O projeto foi selecionado pelo Prêmio Itaú-Unicef no Distrito Federal. A indicação já rendeu R\$ 20 mil aos cofres da instituição, verba a ser aplicada em atividades pedagógicas.

Assunto: Sete suspeitos de tráfico de drogas e corrupção de menores são presos no Grande Recife e na Zona da Mata

Fonte: Portal G1 PE

Data: 14/11/2018



A Polícia Civil prendeu 18 pessoas em Pernambuco, nesta terça (13), na Operação Anjos da Lei, que investiga o tráfico de drogas próximo a escolas e foi deflagrada em todo o país. No estado, também foram presos suspeitos de crimes como corrupção de menores, casa de prostituição e rufianismo, que consiste na prática de obter lucro a partir da prostituição alheia.

Ao todo, foram cumpridos 11 mandados de prisão e outras sete pessoas foram presas em flagrante em Pernambuco. Cinco prisões ocorreram no Recife, uma em Camaragibe, na Região Metropolitana, e outra aconteceu em São José da Coroa Grande, no Litoral Sul de Pernambuco.

Além disso, quatro pessoas foram presas no Sertão do estado — duas em Petrolina, uma em Araripina e uma em Custódia — e sete suspeitos foram detidos em Caruaru, no Agreste pernambucano. Na operação, atuaram 67 policiais civis, entre delegados, agentes e escrivães, além de agentes da Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros Militar e Conselho Tutelar.

Ação em Caruaru

Em Caruaru, foram interditados seis locais onde, segundo a polícia, foram constatadas a exploração sexual de crianças, algumas com a permissão de seus responsáveis. Os menores de idade deixavam de frequentar escolas e faziam uso de drogas.

Os estabelecimentos estão localizados na Feira do Gado, realizada semanalmente no município. Sete pessoas foram presas em flagrante. Quatro crianças foram abrigadas pelo Conselho Tutelar, por estarem sem a presença do responsável e em local impróprio.

Assunto: Polícia investiga mãe que tentou vender bebê por R\$ 2 mil em Caruaru

Fonte: Portal NE10 PE

Data: 14/11/2018



Um bebê prematuro de 23 dias e a irmã dele, de dois anos, foram afastados da mãe em Caruaru, no Agreste de Pernambuco. De acordo com a Polícia Civil, a mulher é usuária de drogas e chegou a tentar vender o bebê por R\$ 2 mil.

As crianças foram achadas sozinhas dentro de uma residência em uma localidade conhecida como Favela do Cagepe.

Policiais militares do Core e membros do Conselho Tutelar cumpriram o mandado de afastamento do convívio familiar. As crianças foram levadas para o abrigo municipal e acolhidas pelo Conselho Tutelar.

De acordo com o delegado Bruno Vital, era comum a mulher deixar as crianças sozinhas em casa para consumir entorpecentes. Ela não foi localizada.



Crianças estavam sozinhas em casa sem condições de higiene
Foto: divulgação/Polícia Militar



Policiais do Core cumpriram mandado
Foto: divulgação/Polícia Militar

"As crianças estavam completamente sozinhas num lar totalmente degradado, sem higiene alguma e sem alimentação", lamentou o delegado. Um inquérito policial foi instaurado para apurar o crime de abandono de incapaz.

Assunto: Funajuv - juízes da infância querem contribuir para melhorias na socioeducação

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 14/11/2018



Foi um dia de muito trabalho, já que juízes de 21 estados e do Distrito Federal estiveram reunidos na Capital de MS no XXIII Fórum Nacional de Justiça Juvenil (Fonajuv), um dos eventos mais importantes na área da infância e juventude para atualização e intercâmbio das experiências bem-sucedidas entre juízes que atuam na área protetiva e na área socioeducativa.

Na pauta estiveram a maioria penal, o andamento do Projeto de Lei de alteração do ECA quanto ao sistema socioeducativo, de relatoria do deputado Aliel Machado; o monitoramento eletrônico de adolescentes em conflito com a lei: possibilidades, pressupostos, requisitos e durabilidade; a unificação da medida de prestação de serviços à comunidade; e a antecipação cautelar de prova por meio do depoimento especial, nos procedimentos infracionais.

Para a juíza Katy Braun do Prado, Coordenadora da Infância e Juventude de MS, o Fonajuv é um fórum muito ativo que teve grande importância na construção do sistema socioeducativo brasileiro. Ela explica que a Lei do Sinase foi inspirada nas discussões promovidas pelo Fonajuv e, sendo esse órgão antenado com o momento atual no país, não abriu mão de discutir a redução da maioria penal e enunciados que auxiliam os juízes por todo o Brasil na aplicação de medidas socioeducativas, de forma unificada.

“Para Mato Grosso do Sul é um privilégio receber esse grupo de juristas tão qualificado e que traz para os juízes que atuam na área da infância e juventude em território sul-mato-grossense a experiência, o conhecimento doutrinário e a inspiração que leva os adolescentes, que tiveram a infelicidade de estar em conflito com a lei, a uma ressocialização”.

Katy destacou a participação maciça dos juízes da infância e juventude de MS e lembrou que um integrante da magistratura sul-mato-grossense, o juiz Roberto Ferreira Filho, já presidiu o Fonajuv, e atualmente o juiz Egúiliell Ricardo da Silva, que atua como 1º Secretário do Fórum.

“O Fonajuv é um órgão independente, que congrega todos os juízes da infância e juventude, para discussão de assuntos especializados na área juvenil. E foi ele que inspirou a criação do Fonajuv, porque os juízes da área protetiva não estavam congregados e, a partir do exemplo do

Fonajuv, os juízes da área protetiva criaram um fórum com a mesma finalidade, buscando uma especialização”, concluiu ela.

O presidente do Fonajuv, juiz Carlos José Limongi Sterse, destacou que o Fórum retornou ao formato anterior: há uma apresentação sucinta de alguns temas e cada estado discute e demonstra sua posição. De acordo com Sterse, a intenção é levar ao presidente eleito Jair Bolsonaro as expectativas e anseios dos juízes da infância.

“Nossa discussão principal, em razão da bandeira da maioria penal, foi esse tema. Queremos levar ao futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro, nossos pleitos e mostrar o que pensam os juízes da infância a esse respeito, além das sugestões para a não redução da maioria penal, mas para elevar o tempo de internação e de que forma isso poderia ser feito”, explicou.

Sterse falou também do projeto apresentado pelo Fonajuv, que tramita no Congresso Nacional. “Pelo PL aumenta-se o prazo de internação por até 10 anos, já que o tempo de internação hoje é de três anos. O projeto sofreu emendas e já está quase indo para votação. Discutimos os encaminhamentos e como fazer nossa parte no Congresso para que isso chegue a bom termo”, declarou.

O presidente do Fonajuv foi enfático ao afirmar que quem mais conhece a área da infância é o juiz que nela atua. “Gostaríamos de ser ouvidos, dizer a razão de acreditarmos que a redução da maioria penal, por si só, não resolverá o problema: na verdade, vai agravar porque esse adolescente que entra no sistema penal vai sair um dia e, quer se queira ou não, nosso sistema socioeducativo tem mais chance de recuperar do que o sistema criminal. Precisamos de um investimento maior na área socioeducativa. Acreditamos que esse sistema recupera mais e que esse adolescente pode ter uma nova chance de se reintegrar na sociedade”, finalizou.

José Antonio Daltoé Cezar, presidente da Abraminj, apontou que a discussão sobre a redução da maioria penal é resultante do fato de que o presidente eleito Jair Bolsonaro vem pontuando muito a questão.

“Sós somos contra e vamos querer oferecer alternativas, por isso a discussão foi ampla. Iremos procurar o Executivo e oferecer proposições, no nosso entender, mais satisfatórias e simples do que a redução da idade penal. Nas questões socioeducativas, os colegas têm experiências maravilhosas por todo o Brasil e essa é a oportunidade de compartilhá-las”.

Questionado sobre o grande número de participantes, Daltoé defende que a representação de 22 estados é resultado das Coordenadorias se darem conta que esses encontros são muito importantes para levar práticas positivas para seu estado. “Não precisamos inventar nada onde já foi inventado. Esse contato pessoal de colegas que já têm essas experiências e levam para outros estados. E isso é muito importante”.

Homenagens – No meio do encontro, um momento de reconhecimento, quando a atual diretoria entregou um diploma para os presidentes que comandaram os destinos do Fonajuv nesses 10 anos de existência.

Foram homenageados os juízes Leoberto Narciso Brancher (RS), considerado por todos como aquele que deixou um legado; Humberto Costa Vasconcelos Jr. (PE), Roberto Ferreira Filho (MS) e Ana Cristina Borba (SC).

Ao final, vieram as deliberações administrativas e foram criadas três comissões: Comissão Técnica Científica, Comissão Legislativa e Comissão de Boas Práticas. Ficou definido ainda que o próximo encontro será em Palmas (TO), em data a ser definida.

Assunto: Gabinete Itinerante encerra temporada com debates na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Capital

Fonte: MPPE

Data: 14/11/2018



Os membros da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Capital participaram nesta terça-feira, 13 de novembro, do ciclo de debates promovido pelo projeto Gabinete Itinerante. A ação procura estreitar os laços entre a gestão do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) com seus membros, abrindo um canal direto de contato com o procurador-geral de Justiça e demais lideranças da organização. Neste ano, o projeto passou por todas as circunscrições do Estado e todas as coordenações administrativas da capital, totalizando 21 encontros.

Com a visita à PJ da Infância e Juventude da Capital o procurador-geral procurou abordar questões como a estrutura funcional do MPPE, o desenvolvimento de projetos que estão em fase de implementação, além de outros esforços da gestão, com repercussão na área administrativa e na atividade fim, a exemplo do concurso de servidores que está em realização, a elevação do MPPE à primeira colocação no ranking da transparência do CNMP; o forte investimento em tecnologia e inovação que levará o MPPE, num futuro próximo, a um novo patamar de excelência na prestação dos serviços à sociedade e otimização das tarefas; o andamento das ações voltadas à melhoria da estrutura de trabalho dos órgãos de execução; o esforço para suplementação e adequação orçamentária do MPPE para atendimento de suas demandas institucionais, entre diversos outros assuntos.

“Temos a tarefa de aprimorar, ainda mais, a excelência em todas as áreas do MPPE e estamos trabalhando com várias frentes para fortalecer o protagonismo do órgão em todo o País. Conseguimos colocar em pauta projetos relevantes como o primeiro Núcleo de Não-Persecução Penal, a instalação do Gace (Grupo de Atuação Criminal ou Cível Extraordinário) nas circunscrições, permitindo uma padronização nas ações extrajudiciais e/ou judiciais nas áreas de patrimônio público, criminal, meio ambiente, saúde, entre outras ações”, relatou o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, durante sua explanação.

Já o chefe de Gabinete, procurou abordar questões como o esforço da gestão na realização das promoções e remoções com a publicação de mais de 200 editais. “Estamos priorizando além da transparência nos processos, a excelência nos resultados, aumentando os espaços de diálogo com todos aqueles que formam o MPPE. Esforços também estão sendo direcionados em ações como a melhoria do parque tecnológico em todo o Estado, estamos agora adquirindo mais de 500 notebooks/ultrabooks, por exemplo”, disse Paulo Augusto Oliveira, chefe de Gabinete do MPPE.

“Achei muito importante esse momento, pois todos os promotores tiveram a oportunidade de falar e de questionar. O Procurador-geral e o chefe de Gabinete esclareceram todas as demandas e este é um momento único. Qualquer gestor que esteja à frente desta organização, à qualquer tempo, deve continuar com este projeto que é muito interessante”, relatou a promotora de

Justiça e coordenadora Administrativa da PJ da Infância e da Juventude da Capital, Andrea Karla Reinaldo.

Assunto: Adolescentes do Case Petrolina participam das Olimpíadas Estudantis

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 14/11/2018



Dezesseis adolescentes do Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) Petrolina, uma das unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), participaram das Olimpíadas Estudantis. O objetivo da atividade foi fortalecer o trabalho em equipe por meio de ações na área de esportes oferecidas anualmente pelo município.

Voleibol e futsal foram as modalidades por meio das quais os socioeducandos puderam representar a Escola Estadual Alternância, pela segunda vez, na categoria juvenil. Os adolescentes garantiram a vitória sobre as equipes adversárias na competição. Estiveram presentes nos jogos o professor responsável, Romilson Wladson, e funcionários do Case Petrolina.

Para o agente socioeducativo responsável pelos esportes na unidade, Cícero Brito, as atividades estão mudando a vida dos adolescentes. “O nosso trabalho é valorizar o esporte como uma das formas de ressocialização dentro do Case Petrolina. Além de competir, os adolescentes se sentem ativos e chegam a interagir com outras pessoas”, afirmou.